

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA

RELATÓRIO DE GESTÃO 2020

Visando dar maior transparência à execução orçamentária, financeira e patrimonial do exercício de 2020, apresentamos um relato abordando todas as etapas ocorridas em cada sistema para dar maior e melhor entendimento das operações realizadas.

Os comentários e esclarecimentos seguirão a ordem descrita acima.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O orçamento para o exercício de 2020 fixou uma despesa R\$ 1.740.000,00 (um milhão, setecentos e quarenta mil reais) e previu uma receita de transferência de igual valor. Durante o exercício, a Câmara Municipal de Montanha recebeu de repasse de duodécimo através da conta contábil 451120100001-Duodécimo Câmara Municipal, a importância de R\$ 1.740.000,00, tendo executado R\$ 1.664.595,55 (um milhão, seiscentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e noventa e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) de despesas orçamentária, restituído aos cofres do município, através de devolução de duodécimo, a importância de R\$ 75.404,45 (setenta e cinco mil, quatrocentos e quatro reais e quarenta e cinco centavos), execução orçamentária e financeira esta que não gerou superávit financeiro no exercício, em virtude do legislativo municipal ter restituído o saldo financeiro disponível ao executivo municipal ao término do exercício de 2020, conforme podemos constatar do demonstrativo do superávit/déficit financeiro anexo ao balanço patrimonial.

O valor aplicado em despesas, foi realizados nas seguintes categorias e rubricas orçamentárias, conforme demonstrado a seguir:

Despesas Correntes	R\$	1.621.278,20	97,40%
Pessoal e Encargos	R\$	1.387.005,96	83,34%
Outras Despesas Correntes	R\$	234.272,24	14,07%
Despesas de Capital	R\$	43.317,35	2,60%
Investimentos	R\$	43.317,35	2,60%
TOTAL GERAL	R\$	1.664.595,55	100,00%

EXECUÇÃO FINANCEIRA

Da despesa de R\$ 1.664.595,55 (um milhão, seiscentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e noventa e cinco reais e cinquenta e cinco centavos) empenhada no

exercício, a sua totalidade foi paga em 2020, inexistindo valores inscritos em restos a pagar.

Diante da ausência de inscrição em restos a pagar e da ausência de demais passivos, não houve também, existência de saldo financeiro, evidenciando que os recursos recebidos, deduzidos dos valores restituídos pela Câmara Municipal ao executivo municipal, foram suficientes para que o legislativo municipal quitasse todas as despesas assumidas no exercício.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

No confronto entre as variações ativas e passivas, foi apurado um resultado deficitário de R\$ 2.329,74 (dois mil, trezentos e vinte e nove reais e setenta e quatro centavos) e incorporação de ativos de R\$ 43.317,35 (quarenta e três mil, trezentos e dezessete reais e trinta e cinco centavos).

BALANÇO PATRIMONIAL

O patrimônio líquido do legislativo municipal sofreu um decréscimo de R\$ 2.329,74 (dois mil, trezentos e vinte e nove reais e setenta e quatro centavos) decorrente da movimentação ocorrida no exercício, conforme a seguir:

Patrimônio Líquido do exercício de 2019	R\$	386.375,36
(+) Duodécimo Recebido	R\$	1.740.000,00
(+)Ganhos na incorporação de Ativos	R\$	0,00
(-) Diminuição Patrimonial	R\$	1.742.329,74
Pessoal e Encargos	R\$	1.279.334,52
Benefícios Previdenciários	R\$	107.671,44
Uso de Bens e Serviços e Consumo	R\$	279.919,33
Transferências Concedidas – Devolução de duodécimo	R\$	75.404,45
Outras Desvalorizações	R\$	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	R\$	0,00
(-)Ajustes de Exercícios Anteriores	R\$	0,00
(=) Ativo Real Líquido acumulado 2020	R\$	384.045,62

OUTROS DADOS SIGNIFICATIVOS DO BALANÇO PATRIMONIAL

No confronto entre o ativo financeiro e o passivo financeiro constata-se a inexistência de superávit financeiro, em virtude do legislativo municipal ter quitado todas as obrigações assumidas no próprio exercício de 2020, restituindo o saldo

remanescente ao executivo municipal.

DÍVIDA FLUTUANTE

Da análise do demonstrativo da dívida flutuante, podemos constatar que a totalidade dos valores retidos foram integralmente repassados a quem é direito no próprio exercício e 2020, inexistindo valores retidos a pagar e inscrição de valores em restos a pagar.

PRESTAÇÃO DE CONTAS DA GESTÃO FISCAL

GASTOS COM PESSOAL

A Lei de Responsabilidade Fiscal limita os gastos com pessoal do Poder Legislativo em 6% (seis por cento) da Receita Corrente Líquida, entretanto a Emenda Constitucional nº 25, de 14/02/2000, estabelece que as despesas com a folha de pagamento, incluindo os subsídios dos Vereadores, estão limitadas a 70% (setenta por cento) do repasse recebido. Todos os limites foram respeitados, conforme demonstra o Relatório de Gestão Fiscal do 2º semestre de 2020 que acompanha este balanço, comprovando assim a gestão fiscal responsável por parte da Mesa Diretora do Legislativo Municipal.

Sobre todos os aspectos ficou evidenciado que a Gestão Administrativa da Câmara Municipal de Montanha no exercício de 2019, procurou não só manter-se dentro dos princípios da legalidade e economicidade preconizados em nossa Carta Magna, mas sobretudo, gerir com responsabilidade os recursos que foram repassados para, inclusive, modernizar as ações deste Poder.

Com a certeza de ter prestado todos os esclarecimentos e informações necessárias à análise das contas apresentadas, colocamo-nos a dispor.

Atenciosamente,

Montanha-ES, 22 de abril de 2021.

Neilton Wanderlan da Silva Cortes
Presidente

Deise Gambarine Soares Novais
Técnico Contábil